

OPERAÇÕES ÁGATA NO ARCO SUL DO BRASIL: uma análise sob a lente da Inteligência

Paulo Ubirajara Mendes*

Resumo

O Brasil tem uma extensa faixa de fronteira. A problemática é complexa, registrando-se a ocorrência de diversos tipos de ilícitos nessas regiões. Neste contexto, o Ministério da Defesa concebeu as Operações Ágata, para combater os ilícitos transfronteiriços e ambientais. No viés contrário, o crime organizado aperfeiçoa sua atuação e seu modus operandi, dia após dia. Assim, para que as Operações Ágata sejam bem sucedidas, é imprescindível o prévio esforço de Inteligência e o acompanhamento durante a fase repressiva. Este trabalho pretende analisar o contexto envolvido, lançando abordagem específica sobre as atividades ligadas à área da Inteligência.

I Considerações Iniciais

Historicamente, as regiões fronteiriças do Brasil, mesmo sendo áreas de valor estratégico, sempre tiveram modesta presença do Estado. Tal realidade fez com que se tornassem palco para a ocorrência de diversos tipos de ilícitos. Essas práticas ilegais vêm sofrendo incremento, representando ameaça real ao Estado brasileiro. A atividade de Inteligência insere-se neste contexto, como ferramenta estatal para atuar no levantamento dessas ameaças.

A problemática das fronteiras terrestres do Brasil não é recente. A pouca pre-

sença do Estado nessas áreas, a grande extensão da faixa de fronteira terrestre, muito permeável, com mais de 16.000 quilômetros, moldam a questão.

Em termos comparativos, a fronteira entre os Estados Unidos da América e o México tem pouco mais de 3.000 quilômetros e, a despeito dos vultosos recursos empenhados nas atividades de controle, lá também são muitos os problemas existentes e ainda não solucionados.

Em 2011, foi concebido o Plano Estratégico de Fronteiras¹, objetivando ser o do-

* É Tenente-Coronel da ativa do Exército Brasileiro, graduado pela AMAN (1995) e mestre em Operações Militares pela EsAO (2003). Possui o Curso de Altos Estudos Militares da ECEME (2011), especialização em análise de Inteligência pela EsIMEx (2013), sendo também diplomado no Curso Superior de Inteligência Estratégica da ESG (2016).

¹ O Plano Estratégico de fronteiras foi instituído por intermédio do Decreto nº 7.496, de 08 de junho de 2011, objetivando fortalecer a prevenção, o controle, a fiscalização e a repressão dos delitos praticados na faixa de fronteira brasileira.



cumento norteador para as atividades de combate aos ilícitos que ocorrem na faixa de fronteira. O citado plano é colocado em execução por intermédio das Operações Sentinela, gerenciadas pelo Ministério da Justiça, e Operações Ágata, coordenadas pelo Ministério da Defesa.

O cenário atual aponta na direção da existência de diferentes ameaças aos Estados Nacionais da América do Sul, destacando-se a articulação entre facções do crime organizado e movimentos de guerrilha, a ação de máfias, o narcotráfico, o tráfico de armas, a imigração ilegal e o contrabando.

Neste artigo, abordar-se-ão somente aspectos das Operações Ágata realizadas na Região Sul do Brasil, analisados sob a lente da Inteligência, buscando entender em que medida estão sendo efetivos os planejamentos, bem como as ações já realizadas.

2 A Inteligência Estratégica e as Ameaças ao Estado Brasileiro

O Brasil insere-se na conjuntura regional da América do Sul, caracterizada por uma complexa gama de agendas políticas, envolvendo os setores de segurança e defesa. Neste contexto, o Brasil e os demais países do entorno possuem sérios problemas de segurança, os quais dificilmente encontrarão solução de maneira autônoma.

O cenário atual aponta na direção da existência de diferentes ameaças aos Estados Nacionais da América do Sul, destacando-se a articulação entre facções do crime organizado e movimentos de guerrilha, a ação de máfias, o narcotráfico, o tráfico de armas, a imigração ilegal e o contrabando. Tal realidade justifica a necessidade de os países atuarem no vetor da Inteligência de Estado, objetivando dimensionar as supracitadas ameaças, reduzir as incertezas e permitir as ações de contraposição necessárias.

A Agência Brasileira de Inteligência é o organismo estatal responsável por executar a Inteligência de Estado no Brasil, conforme previsão constante na Lei nº 9.883, de 07 de dezembro de 1999:

“Art. 3º Fica criada a Agência Brasileira de Inteligência, órgão da Presidência da República, que, na posição de órgão central do Sistema Brasileiro de Inteligência, terá a seu cargo planejar, executar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades de inteligência do País, obedecidas à política e às diretrizes superiormente traçadas nos termos desta Lei”.

Percebe-se, então, que no nível estratégico, a atividade de Inteligência de Estado deve identificar fatos e situações que representem obstáculos ou oportunidades aos interesses nacionais.

A temática dos ilícitos transfronteiriços, por estar ligada diretamente à questão da segurança nas fronteiras, acaba por envolver diretamente o estamento da Defesa, que, por intermédio das Operações Ágata, busca superar obstáculos aos interesses nacionais, particularmente àqueles que se constituem em ameaça real ao Estado brasileiro.



A Inteligência de Defesa, operacionalizada pelo Ministério da Defesa, articula-se por meio do Sistema de Inteligência de Defesa, o qual tem como uma de suas finalidades o gerenciamento do processo de produção de conhecimentos, com vistas a amparar o planejamento operacional das ações de “guerra” ou “não guerra” das Forças Armadas – caso específico das Operações Ágata.

Com efeito, o Sistema de Inteligência de Defesa atua no nível operacional, confeccionando os planos e documentos de Inteligência que irão subsidiar os trabalhos dos grandes comandos operacionais², primeiro nível de execução efetiva das ações das Operações Ágata.

3 As Operações Ágata no Arco Sul

As Operações Ágata surgiram no contexto da problemática fronteiriça, constituindo-se em operações militares de larga escala, episódicas, de caráter repressivo, executadas na modalidade interagências³ e que atuam, com poder de polícia, dentro dos 150 quilômetros delimitados como faixa de fronteira. Na atualidade, tal operação já tem sua efetividade e sucesso comprovados, conforme atestam diversos relatórios das Forças Armadas, disponíveis nas fontes abertas.

As Operações Ágata e Sentinela, ambas amparadas no Plano Estratégico de Fronteiras, têm caráter complementar entre si. A Operação Sentinela é coordenada prioritariamente pela Polícia Federal,

tendo caráter permanente e voltado para a investigação de crimes transnacionais, enquanto a Operação Ágata, coordenada pelo Ministério da Defesa, é episódica e realizada com base em ações ostensivas de bloqueio e patrulhamento.

Assim, ambas operações contribuem para o aumento da fiscalização e da sensação de segurança nas fronteiras. Do estudo das citadas operações, observa-se que o caráter episódico das Operações Ágata e os trabalhos de Inteligência nela envolvidos fornecem alguns dos subsídios necessários para o sucesso das ações permanentes da Operação Sentinela.

3.1 Área do Arco Sul

A linha que baliza as fronteiras terrestres brasileiras tem um traçado irregular, caracterizado fisicamente por rios e linhas secas. Agregando complexidade à problemática, verifica-se, ainda, uma grande diversidade de biomas e coberturas vegetais.

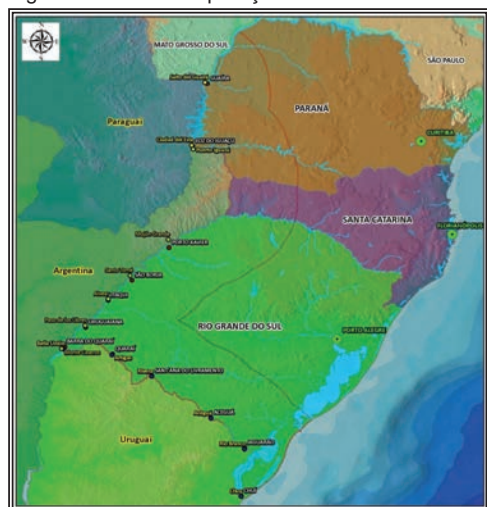
Na região Sul do Brasil, a realidade não é diferente. A área faz fronteira com o Uruguai, Argentina e Paraguai; apresentando significativos índices de criminalidade, caracterizados particularmente pela prática do contrabando e do tráfico internacional. Nota-se, portanto, que a faixa de fronteira da Região Sul do Brasil, doravante denominada Arco Sul, tem características peculiares e complexas, que impactam nos planejamentos de Inteligência.

² As divisões de exército, as brigadas e as artilharias divisionárias constituem os grandes comandos operacionais em tempo de paz. (Decreto nº 93.188, de 29 de agosto de 1986)

³ Operações Interagências são aquelas realizadas, na modalidade cooperativa, podendo envolver elementos das Forças Armadas, órgãos de segurança pública e diferentes tipos de agências.



Figura 1 – Área de Operações do Arco Sul.



A existência de duas tríplexes fronteiras, assinaladas pelos municípios de Barra do Quaraí, no Rio Grande do Sul e Foz do Iguaçu, no Paraná, tornam ainda mais complexa a realidade dessas áreas, onde a fiscalização é insuficiente ante o grande fluxo de pessoas e produtos.

A fronteira do Brasil com o Uruguai tem aproximadamente 985 quilômetros, desde a tríplex fronteira Brasil – Argentina - Uruguai até a foz do Arroio Chuí. O trecho seco desta região permite a entrada, por estradas secundárias, de uma vasta gama de produtos ilegais, tais como agrotóxicos, cigarros, bebidas alcoólicas, drogas, explosivos, armas e munições.

A região de tríplex fronteira entre a Argentina, o Brasil e o Paraguai, situada junto à cidade paranaense de Foz do Iguaçu é área muito sensível, com consolidada ação do crime organizado transnacional, particularmente no Paraguai. A presença da Usina Binacional de Itaipu, uma das maiores estruturas estratégicas do país, aumenta a sensibilidade da área, que é caracterizada pela grande presença de imigrantes, contínuo fluxo de pro-

duto oriundos do comércio informal, grande movimentação de cargas e pouca fiscalização em função da elevada circulação existente.

A região tem, também, uma economia muito aquecida, com base no setor do turismo e na presença de duas zonas francas – *Puerto Iguazú*, na Argentina e *Ciudad del Este*, no Paraguai. Prova desta força econômica regional está no fato de que *Ciudad del Este* ocupa a 3ª posição como maior zona franca do mundo, depois de *Miami* e *Hong Kong* (CURY, 2011).

Nota-se, portanto, que as características da área do Arco Sul, por suas peculiaridades, merecem interesse diferenciado por parte da Inteligência, impondo acurado estudo das vias de transporte, de todos os modais, com vistas ao posicionamento mais efetivo de bloqueios, pontos de fiscalização e patrulhas.

Em resumo, existem, nos três estados, cidades fronteiriças que, tradicionalmente, têm parte considerável de sua estrutura econômica dependente dos recursos gerados no comércio internacional (legal e ilegal). Destacam-se, neste contexto as cidades do Chuí, Santana do Livramento e Uruguaiana, no Rio Grande do Sul e Foz do Iguaçu, no Paraná.

A fronteira de Santa Catarina com a Argentina, em condições de normalidade, não é uma área com forte atuação do crime transnacional. Entretanto, tal re-



alidade se altera durante as Operações Ágata, devido ao direcionamento focal de ilícitos para esta área, principalmente dos produtos ilegais que normalmente passam por intermédio do Paraná e do Rio Grande do Sul, regiões que, em razão da maior concentração de tropas, são mais vigiadas pelo vetor militar.

A capilaridade da rede viária no interior de Santa Catarina permite também que os ilícitos possam circular rapidamente, indo na direção da Região Sudeste ou infletindo na direção das capitais dos estados da Região Sul.

Nota-se, portanto, que as características da área do Arco Sul, por suas peculiaridades, merecem interesse diferenciado por parte da Inteligência, impondo acurado estudo das vias de transporte, de todos os modais, com vistas ao posicionamento mais efetivo de bloqueios, pontos de fiscalização e patrulhas.

No que tange ao tráfico internacional de drogas, a faixa de fronteira do estado do Paraná com o Paraguai tem uma situação bastante crítica, carecendo que a Inteligência dê ao tema a centralidade de que é merecedor. Segundo relatório emitido em 28 de fevereiro de 2012, pela Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes, estrutura ligada à Organização das Nações Unidas, aproximadamente “80% da maconha utilizada no Brasil, em 2011, entrou pelo Paraguai”.

Outra informação relevante reside no fato de que o Paraguai é o maior produtor de maconha no âmbito da América do Sul e, via de regra, essa droga entra no Brasil pelo Paraná ou Mato Grosso

do Sul. Tal realidade deve ser objeto de acompanhamento da Inteligência, buscando-se agregar e analisar dados de todos os organismos de Inteligência nacionais envolvidos.

Conclui-se então, de forma parcial, que a área do Arco Sul onde são desenvolvidas as Operações Ágata possui grande extensão territorial, vasta capilaridade viária, tendo sua permeabilidade como fator de ocorrência de vários ilícitos.

O estreitamento das relações que viabilizem efetiva cooperação internacional na área de Inteligência, a exemplo do que a ABIN já faz com o serviço de Inteligência da Argentina e que as Forças Armadas também fazem nas ações de cooperação com o setor militar dos países vizinhos, ainda não é a tônica em vigor, havendo espaço para o adensamento dessas relações.

A criticidade da conjuntura em Foz do Iguaçu justifica a necessidade de priorizar esforços de Inteligência nessa porção da área de operações. Neste diapasão, a produção de imagens e o uso dos veículos aéreos não tripulados, tanto da Força Aérea Brasileira, quanto da Polícia Federal não podem ser desconsiderados.

Conclui-se então, de forma parcial, que a área do Arco Sul onde são desenvolvidas as Operações Ágata possui grande extensão territorial, vasta capilaridade viária, tendo sua permeabilidade como fator de ocorrência de vários ilícitos.



Logo, cabe à Inteligência estudar, mapear, formular e levantar as possibilidades de ação da criminalidade organizada que atua nesta região.

3.2 Órgãos Envolvidos e sua Participação

Nas Operações Ágata realizadas na Região Sul do Brasil os maiores efetivos envolvidos pertencem ao Exército Brasileiro, composto por tropas do Comando Militar do Sul, sediado na cidade de Porto Alegre.

Órgão central do Sistema Brasileiro de Inteligência, a Agência Brasileira de Inteligência é destacada parceira nas Operações Ágata, atuando na coordenação dos demais órgãos do sistema, [...]

O Comando Militar do Sul emprega os elementos operacionais de suas Grandes Unidades⁴ posicionadas na faixa de fronteira. Essas Grandes Unidades possuem estruturas de Inteligência que são diretamente envolvidas nos trabalhos relativos ao esforço de busca e acompanhamento das operações.

A Marinha do Brasil e a Força Aérea Brasileira também participam, com efetivos proporcionalmente menores, por intermédio das tropas do 5º Distrito Naval, com sede em Rio Grande, e do 5º Comando Aéreo Regional, com sede

em Canoas. As estruturas de Inteligência da Marinha e da Força Aérea também integram os esforços de obtenção, levantando dados pertinentes às suas áreas de atuação, tais como o tráfego ilegal de aeronaves, a presença de pistas de pouso clandestinas e o fluxo de embarcações não cadastradas.

Órgão central do Sistema Brasileiro de Inteligência, a Agência Brasileira de Inteligência é destacada parceira nas Operações Ágata, atuando na coordenação dos demais órgãos do sistema, por intermédio da presença de seus representantes nos Centros de Operações, bem como pela ação de suas superintendências estaduais, que baseadas em análises especializadas, elaboram Relatórios de Inteligência⁵.

Em relação aos órgãos de segurança pública, verifica-se que há relativa participação da Polícia Rodoviária Federal, Polícia Federal, polícias militares dos estados do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná e as respectivas polícias civis que também atuam, porém em menor escala. A modesta participação dessas instituições deve-se à priorização das ações da Operação Sentinela, aos serviços de escala, a falta de recursos destinados ao custeio de diárias e as atividades inerentes à rotina desses órgãos.

Cumprido destacar que os órgãos de segurança pública supracitados participam de maneira pontual, em períodos de tempo pré-estabelecidos e com efetivos redu-

⁴ Grandes Unidades são organizações militares com capacidade de atuação operacional independente, integradas por unidades de combate, de apoio ao combate e de apoio logístico.

⁵ Os Relatórios de Inteligência são documentos externos, padronizados, no qual o analista transmite conhecimentos para usuários de outros organismos de Inteligência, dentro ou fora do SISBIN.



zidos. Normalmente, tais órgãos deslocam um ou dois agentes para os principais pontos de bloqueio executados pelas tropas do Exército, configurando o trabalho na modalidade interagências e conferindo maior amplitude de amparo legal para as ações empreendidas.

[...] um dos desafios existentes refere-se ao amadurecimento, formalização e ampliação da integração na área de Inteligência, agregando os bancos de dados dos órgãos de segurança pública, das superintendências da ABIN e dos demais organismos de Inteligência participantes, [...]

Nos planejamentos de Inteligência, e a despeito das dificuldades acima mencionadas, a interação das Forças Armadas com os órgãos de segurança pública, nos níveis operacionais e táticos, já ocorre de fato, mas pode ser ainda mais intensa. Atualmente, um dos principais pilares que mantém esta interação não são os documentos normativos, emitidos pelo Ministério da Justiça e Ministério da Defesa, tampouco os planos previstos, mas sim as excelentes ligações interpessoais desses atores.

Em resumo, nota-se que os órgãos de segurança pública, mesmo dotados de vasta experiência de campo e possuidores de bancos de dados completos e atualizados sobre tais ilícitos, ainda pouco participam dos planejamentos prévios

de Inteligência referentes às Operações Ágata, havendo considerável espaço para uma maior integração nesta área.

Outras agências e organismos também atuam em parceria, em todas as fases das Operações Ágata, com destaque para a Receita Federal e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

Inferese, então, que um dos desafios existentes refere-se ao amadurecimento, formalização e ampliação da integração na área de Inteligência, agregando os bancos de dados dos órgãos de segurança pública, das superintendências da ABIN e dos demais organismos de Inteligência participantes, complementando relatórios e até mesmo produzindo conhecimentos de Inteligência em cooperação.

O caminho formal para a integração de fato já está balizado, no âmbito da Defesa, por intermédio do Manual de Operações Interagências - MD33-M-12, documento expedido por meio da Portaria Normativa nº 513/EMD/MD, de 26 de março de 2008. Para melhor compreender em que nível visualiza-se a cooperação, vale destacar:

“O processo interagências deve unir os interesses de todos os participantes. O projeto, ou contrato de objetivos, ou comprometimento inicial, ou qualquer outra denominação dada para o primeiro passo na construção e manutenção da coordenação interagências, ainda no nível estratégico de decisão, deve incluir: atribuições e responsabilidades, prazos e prioridades, padronização de medidas de coordenação e meios e orçamento disponíveis.”



3.3 Aspectos Operacionais das Ações Repressivas

As Operações Ágata possuem objetivos definidos, destacando-se a neutralização do crime organizado, a redução dos índices de criminalidade, a coordenação do planejamento e execução de operações militares e policiais, a cooperação com os países fronteiriços, a intensificação da presença das Forças Armadas e o apoio à população. Para tanto, os planejamentos de Inteligência são realizados com foco na obtenção de resultados que materializem a consecução dos objetivos previamente elencados.

Os planejamentos estratégicos são feitos pelo Ministério da Defesa.

Os comandos das Forças Armadas realizam seus planejamentos no nível operacional.

No nível tático, os grandes comandos operacionais e os órgãos parceiros planejam e executam as ações no nível tático. A Inteligência, por necessário, também participa deste processo, permeando os diversos níveis.

Os planejamentos estratégicos de Inteligência buscam levantar cenários prospectivos, atores antagônicos, tendências e impactos das operações, tanto no campo externo quanto no interno.

No nível operacional, a Inteligência atualiza conhecimentos elaborados e produz novos conhecimentos sobre a área onde ocorrerá a operação, buscando levantar indicadores gerais sobre as ações ilícitas desenvolvidas e quais as possibilidades dos elementos do crime organizado.

No nível tático, os planejamentos de Inteligência são focados no aspecto operativo, buscando levantar locais e horários de maior incidência de práticas ilícitas, localização de depósitos, principais rotas de tráfico e contrabando, alterações no *modus operandi* dos criminosos, veículos suspeitos, locais de presença de suspeitos e outros dados que possam fornecer apoio prático às tropas e agentes envolvidos.

Durante as Operações Ágata também são executadas as Ações Cívico-Sociais, que buscam fornecer apoio às populações da faixa de fronteira, por intermédio do desenvolvimento de práticas de cunho médico e social.

A fase de operações repressivas é caracterizada pelo desencadeamento simultâneo de eventos voltados para a atividade de fiscalização, tais como a montagem de Postos de Bloqueio e Controle de Estradas (designados pela sigla PBCE), em áreas urbanas e rurais, fiscalização de aeródromos, levantamento de pistas de pouso clandestinas, levantamento de portos ou desembarcadouros clandestinos, patrulhamento em rios, rodovias e estradas vicinais.

Nestas ações, de caráter tático, são realizadas apreensões de produtos ilegais, prisões, vistorias e revistas, caracterizando a base dinâmica que proporciona a visibilidade desejável para este tipo de operações. Por vezes, eventos inéditos ocorrem, a exemplo do tiroteio ocorrido em 2015, na região de Salto del Guáira,



onde, supostamente, elementos da marinha paraguaia teriam atirado em uma embarcação da Polícia Federal brasileira.

Durante as Operações Ágata também são executadas as Ações Cívico-Sociais, que buscam fornecer apoio às populações da faixa de fronteira, por intermédio do desenvolvimento de práticas de cunho médico e social. Essas atividades constituem-se em excelente oportunidade para a realização de ações de Inteligência e Operações Psicológicas⁶, onde, no contato com a população, podem ser levantados dados relevantes para manter ou reorientar os esforços operacionais.

Nas Ações Cívico-Sociais são realizados atendimentos médico-hospitalares e odontológicos para a população carente dos municípios de fronteira. Nestas oportunidades, os militares da área de saúde devem ser orientados e treinados para atuar como sensores de Inteligência de Fontes Humanas, buscando captar impressões e dados relevantes para a operação, a serem consubstanciados em relatórios de final de missão.

Os profissionais de Inteligência podem, também, aproveitar tais ações para realizar missões de busca, cooptar colaboradores e abrir canais de comunicação com os habitantes locais, apoiados na percepção positiva das atividades junto às comunidades, que criam condições favoráveis para momentos de aproximação e coleta de dados.

3.4 O Crime Organizado

No período da Guerra Fria, o pano de fundo para as preocupações fronteiriças eram as questões de segurança nacional e as ameaças potenciais advindas dos Estados vizinhos.

Na atualidade, e seguindo tendência mundial, configura-se a preocupação estatal em proteger aquilo que é estabelecido contra tudo aquilo que é marginal, incluindo aí os considerados fluxos indesejáveis.

A percepção de FOUCHER complementa bem o assunto.

“As fronteiras se transformaram em ‘membranas assimétricas’, autorizando a saída, mas protegendo a entrada de indivíduos vindos do outro lado. E convém que o Estado interpelado por ter ‘perdido o controle da fronteira’, que nunca havia dominado completamente, demonstre sua capacidade de tomar medidas que se imponham para, aí então, restaurar sua autoridade, menos em relação aos segmentos afetados do que aos olhos de seus administrados.” (FOUCHER, 2009, p. 19)

Por outro lado, na contraposição ao controle das fronteiras, está o crime organizado, os grandes contrabandistas e os pequenos contraventores. Este vetor contrário pauta seus planejamentos e ações na eterna busca por burlar os mecanismos de fiscalização estatais.

A análise histórica e serial do *modus operandi* dos traficantes e contrabandistas é vital para os trabalhos da Inteligência

⁶ As Operações Psicológicas caracterizam-se pelo emprego de técnicas que têm o objetivo de influenciar valores, crenças, emoções, motivações, raciocínio ou comportamentos; sendo usadas para induzir confissões, reforçar atitudes e comportamentos favoráveis aos objetivos do originador.



cia. Fatores como a diversificação dos modais empregados, a modernização dos veículos, o fácil acesso às tecnologias de comunicação, o largo emprego da informática e o uso em larga escala das redes sociais moldam o desafio dos analistas de Inteligência.

As maneiras de ludibriar os mecanismos de fiscalização são variadas e se modificam na mesma velocidade em que as ações de fiscalização são incrementadas. A Inteligência, nesse contexto, deve se antecipar aos criminosos, mostrando-se pró-ativa e resiliente.

3.5 Aspectos Externos

A problemática de fronteiras e a consequente necessidade de aumentar o nível de segurança nessas áreas não são preocupações exclusivas do Brasil. Assim, no estudo em tela não podem ser esquecidos os atores da vizinhança, seu registro histórico e suas peculiaridades atuais.

O Uruguai, tradicionalmente, é considerado um país muito seguro, onde a tranquilidade é o estandarte inclusive em sua capital, Montevidéu. Entretanto, em direção divergente à percepção tradicional, verifica-se que o Uruguai contempla questões que podem impactar diretamente nos planejamentos de Inteligência do Brasil, merecendo, portanto, um acompanhamento constante.

A “Lei da Maconha”, que legalizou o cultivo, o beneficiamento e a venda da

droga no Uruguai é uma questão crítica que pode motivar o nascimento de um turismo canábico na região.

Em janeiro de 2016, a Argentina decretou Estado de Emergência de Segurança Pública, em todo o território, pelo prazo de um ano. O objetivo da medida, segundo o presidente Macri, foi “reverter a situação de perigo coletivo criada pelo crime organizado e o narcotráfico”.

Em parcial resumo, verifica-se que os esforços de Inteligência não podem se resumir ao acompanhamento das atividades do ambiente doméstico. Urge, portanto, voltar os olhos para o entorno estratégico, percebendo a evolução de possíveis ameaças e correlacionando os eventos externos com as ocorrências verificadas no território nacional.

Agravando a complexidade do quadro, a situação paraguaia talvez seja a que mais inspire cuidados por parte das estruturas integrantes do SISBIN, com responsabilidade formal sobre a faixa de fronteira.

A sistemática corrupção existente, o incremento das ações violentas do Exército do Povo Paraguaio (EPP)⁷ e da Associação Campesina Armada (ACA)⁸ e a identificação de ligações entre criminosos

⁷ O EPP é um grupo insurgente, de orientação marxista-leninista, formado por radicais de esquerda e antigos militantes ligados ao Partido Pátria Livre.

⁸ A ACA é um pequeno grupo guerrilheiro, dissidente do EPP.



brasileiros integrantes do Primeiro Comando da Capital⁹ e guerrilheiros paraguaios são ingredientes potenciais nessa complexa temática.

A cooperação militar brasileira com as forças armadas dos países vizinhos no Arco Sul, nas Operações Ágata, ainda pode ser expandida. Nesta direção, cumpre lembrar que o Ministério da Defesa já emite convites oficiais no sentido de viabilizar a participação de militares desses países, durante as Operações Ágata, na condição de observadores.

Em parcial resumo, verifica-se que os esforços de Inteligência não podem se resumir ao acompanhamento das atividades do ambiente doméstico. Urge, portanto, voltar os olhos para o entorno estratégico, percebendo a evolução de possíveis ameaças e correlacionando os eventos externos com as ocorrências verificadas no território nacional. Para tal, a cooperação militar nos esforços de Inteligência com os países limítrofes é um importante caminho a ser avaliado pelos gestores no nível estratégico.

3.6 As Atividades de Inteligência antes das Ações Repressivas

As análises de Inteligência darão suporte ao desencadear da operação. A partir de um banco de dados existente, e com foco nos objetivos de Inteligência apresentados pelo nível estratégico, os setores operacionais e táticos irão aprofundar os conhecimentos necessários, por

intermédio de coleta e busca. As necessidades e as disponibilidades irão ditar o andamento dos trabalhos.

Este processo não é tarefa isolada e só afeta ao especialista de Inteligência. Para o efetivo sucesso da operação é preciso que os profissionais de Inteligência trabalhem de maneira sinérgica com os elementos de operações, atuando com base em atitudes cooperativas e de complementaridade.

As deficientes estruturas formais de fiscalização existentes ao longo da faixa de fronteira e os episódios pontuais de corrupção de agentes legais são uma realidade. A Inteligência necessita mapear, com antecedência, as alterações no *modus operandi* dos criminosos, as áreas onde deve atuar com mais efetividade, deixando em segundo plano as áreas que estão bem gerenciadas e seguras.

As tradicionais e consagradas rotas dos ilícitos devem ser objeto de estudo criterioso, pois é em função delas que os fluxos são regulados. Quando do “sufoamento”¹⁰ das rotas tradicionais, ocorre rápida adaptação dos elementos do crime organizado, na busca de caminhos alternativos que proporcionem a manutenção dos fluxos que atendam as demandas existentes.

Quando ocorre a divulgação antecipada da data de início das ações repressivas das Operações Ágata, e isso é comum, os criminosos investem também na estocagem dos produtos ilícitos dentro do Brasil.

⁹ O PCC é uma facção criminosa brasileira nascida no estado de São Paulo. Hoje, já possui articulações em outros estados e até no exterior.

¹⁰ Termo atribuído pelo autor para definir que as rotas estão todas bem vigiadas e policiadas.



Os criminosos, sabendo que o fluxo será reprimido, buscam armazenar os produtos ilícitos em depósitos e galpões localizados fora dos 150 quilômetros da faixa de fronteira, área onde as ações de fiscalização são realizadas. A proximidade de grandes eventos, a exemplo da Olimpíada, vem servindo de estímulo para o incremento deste *modus operandi*, que objetiva montar um estoque regulador, principalmente de drogas ilícitas, ante um provável aumento da demanda.

Nota-se, em curta avaliação, que os planejamentos de Inteligência são vitais para o sucesso das operações. Desafios existem e a dificuldade principal reside em conseguir fazer com que a atividade de Inteligência realmente funcione como um sistema seguro, em rede, integrado e flexível.

3.7 As Atividades de Inteligência Durante as Ações Repressivas

Após o desencadear das ações repressivas, a Inteligência passa a desempenhar o papel de acompanhamento e suporte às operações.

Após encerradas as ações dos vetores atuantes no nível tático, a Inteligência permanece atenta às atividades de desmobilização e no monitoramento dos reflexos decorrentes das operações.

No acompanhamento de Inteligência realizado durante as Operações Ágata, avulta de importância a tabulação dos dados indicadores dos resultados obtidos. A análise especializada de Inteligência, focada nas quantidades e natureza das apreensões, nas prisões realizadas,

nos veículos apreendidos e no fluxo registrado nas vias vão apontar tendências e alterações no perfil dos criminosos, facilitando a reorientação dos esforços do vetor operacional.

Para maximizar resultados, é preciso superar diferenças institucionais derivadas das missões singulares de cada um dos órgãos envolvidos.

A confecção de relatórios diários, mapas temáticos, mapas de análise de vínculos e outros trabalhos de análise devem compor a rotina de acompanhamento da Inteligência.

Logo, resta comprovado que as fronteiras brasileiras precisam de maior fiscalização, em caráter permanente e não apenas por intermédio de ações emergenciais.

Durante as operações, a Inteligência deve buscar atuar de maneira proativa nos *briefings* diários realizados entre as agências, levantando aspectos novos e integrando tais novidades com os seus conhecimentos.

A contrainteligência também tem espaço nas atividades de acompanhamento, particularmente com o objetivo de identificar ameaças aos agentes empregados, evitar situações que possam causar danos à imagem das instituições e proteger os ativos envolvidos.

Nota-se, em parcial apreciação, que as atividades de acompanhamento de Inteligência são complexas e extremamente



dinâmicas, exigindo tirocínio e acurado senso de percepção dos agentes envolvidos. A integração efetiva entre os órgãos permanece como característica necessária, à semelhança do que ocorre na fase dos planejamentos.

4 Conclusão

As Operações Ágata no Arco Sul do Brasil são parte integrante da realidade conjuntural das cidades brasileiras situadas naquela faixa de fronteira, entretanto, nota-se que, a cada edição, modificações ocorrem no cenário, indicando necessidade de continuidade no processo de aprimoramento dessas iniciativas.

Nas operações, ano após ano, verificam-se outras nuances, novas alterações no *modus operandi* do crime organizado, eventos inéditos, validando, ainda mais, a relevância da necessidade do bom funcionamento da atividade de Inteligência para o êxito das ações planejadas.

O sucesso das operações realizadas corrobora com a assertiva de que tais iniciativas devem ser mantidas. Logo, resta comprovado que as fronteiras brasileiras precisam de maior fiscalização, em caráter permanente e não apenas por intermédio de ações emergenciais.

Sob o ponto de vista da localização geográfica, pode-se concluir que a faixa de fronteira com o Paraguai, e particularmente a região de Foz do Iguaçu, é prioritária para os esforços da Inteligência, notadamente para que se obtenha efetividade no combate ao tráfico internacional de drogas e armas.

A análise dos resultados obtidos nas Operações Ágata reitera a necessidade de integrar esforços na área de Inteligência, desde o nível estratégico até o nível tático, viabilizando a ocorrência de efetiva cooperação entre os ministérios da Justiça, Defesa e a ABIN. Necessário é, também, aproveitar a vasta experiência de campo e a riqueza dos bancos de dados dos órgãos de segurança pública, que ainda participam pouco dos planejamentos prévios de Inteligência.

A desejada integração regional entre os países envolvidos buscará obter efetiva cooperação de Inteligência entre as forças armadas, forças policiais e órgãos de fiscalização; [...]

O amadurecimento, a efetivação e a ampliação da integração na área de Inteligência, serão materializados verdadeiramente quando se conseguir agregar os bancos de dados dos órgãos envolvidos, produzindo, inclusive, conhecimentos de Inteligência na modalidade cooperativa.

No nível das relações exteriores, existem desafios de peso para os encarregados do planejamento no nível estratégico. Nesta seara, verificou-se que os esforços de Inteligência nas Operações Ágata não podem se resumir ao acompanhamento das atividades do ambiente doméstico, visualizando-se a necessidade de voltar os olhos para nosso entorno e incrementar o diálogo regional com os países fronteiriços.



A desejada integração regional entre os países envolvidos buscará obter efetiva cooperação de Inteligência entre as forças armadas, forças policiais e órgãos de fiscalização; com vistas a perceber a evolução de possíveis ameaças e se contrapor, com oportunidade, frente às mesmas. O estado final desejado seria obtido por intermédio da realização de ações simultâneas nas fronteiras dos diferentes países, materialização do ápice da integração regional.

Por fim, das análises realizadas neste ensaio, foi possível comprovar que as atividades de Inteligência têm ponderável parcela de importância no contexto das Operações Ágata realizadas no Arco Sul, havendo, porém, muito a ser feito para que a segurança desta área tão sensível seja garantida em níveis desejáveis e coerentes com o nível de ameaça que tais ilícitos representam para a sociedade brasileira.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 maio 2016.

_____. Lei nº 6.634, de 02 de maio de 1979. Dispõe sobre a Faixa de Fronteira, altera o Decreto-Lei n. 1135, de 3 de dezembro de 1970, e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6634.htm>. Acesso em: 16 maio 2016.

_____. Lei complementar nº 97, de 9 de junho de 1999. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp97.htm>. Acesso em: 10 mai. 2016.

_____. Lei complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004. Altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, para estabelecer novas atribuições subsidiárias. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/LEIS/LCP/Lcp117.htm>. Acesso em: 16 maio 2016.

_____. Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005. Aprova a Política de Defesa Nacional, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm>. Acesso em: 10 maio 2016.

_____. Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008. Aprova a Estratégia Nacional de Defesa, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/Decreto/D6703.htm>. Acesso em: 16 maio 2016.

_____. Decreto nº 7.496, de 08 de junho de 2011. Institui o Plano Estratégico de Fronteiras. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7496.htm>. Acesso em: 7 maio 2016.

_____. Exército Brasileiro. *C100-5: operações*. 3. ed. Brasília: Estado-Maior do Exército, 1997.

_____. Exército Brasileiro. *Diretriz de Integração e Emprego das Diversas Fontes para a Produção de Conhecimento de Inteligência Militar*. Brasília: Estado-Maior do Exército, 2006.

CURY, Mauro José Ferreira. Territorialidades transfronteiriças: as interconexões socioambientais, econômicas, políticas e culturais na tríplice fronteira de Foz do Iguaçu(BR), Ciudad del Este(PY) e Puerto Iguazú(AR), 295-322 pp. In: *Territórios e fronteiras. (Re)arranjos e perspectivas*. Fraga, Nilson (org.). Florianópolis: Insular, 2011.



FOUCHER, Michel. *Obsessão por fronteiras*. São Paulo: Radial Livros, 2009.

MARTIN, André Roberto. *Fronteiras e Nações*. Coleção Repensando a Geografia. São Paulo: Contexto, 1998.



